

RESUMO/ ABSTRACT

PARA ALÉM DAS INFLUÊNCIAS SOCIOLÓGICAS

Em que medida Gilberto Freyre colabora com a continuidade e/ou com a descontinuidade do regionalismo brasileiro? Para responder esta questão, o texto discute o afã de representação nacional ao longo da história literária brasileira, a concepção freyreana de romance e o conceito de mimese envolvido nesta problemática, usando como ponto de partida as características presentes no romance *A bagaceira*, fundador da geração literária de trinta, década sobre a qual a influência freyreana é inegável.

Palavras-chave: Freyre; representação nacional; regionalismo; mimese; *A bagaceira*.

BEYOND SOCIOLOGICAL INFLUENCES

To what extent does Gilberto Freyre collaborate with the continuity and/or the discontinuity of Brazilian regionalism? To answer this question, the text discusses the eagerness for national representation along the Brazilian literary history, the Freyrean concept of novel and the concept of mimesis involved in this problematic, using as starting point the characteristics present in the novel *A bagaceira*, founder of the literary generation of 1930, decade on which the Freyrean influence is undeniable.

Keywords: Freyre; national representation; regionalism; mimesis; *A bagaceira*.

PARA ALÉM DAS INFLUÊNCIAS SOCIOLÓGICAS

Elaine Aparecida Lima

Doutoranda pela Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina - PR
elainelima@onda.com.br

Uma das afirmações mais reiteradas em torno do romance *A bagaceira*, de José Américo de Almeida, diz respeito a sua colocação como romance fundador de uma geração literária brasileira que retoma a tradição documental. Mais especificamente, a narrativa almeidiana é entendida pela crítica como pertencente a uma linhagem literária regional que, ao ser diametralmente oposta às produções ambientalizadas nas cidades, centraria suas preocupações na retratação do meio genuinamente brasileiro, colocando em segundo plano as renovações estéticas e/ou o subjetivismo. Assim sendo, as interpretações da crítica em relação à narrativa *A bagaceira* trazem a lume a influência direta do sociólogo Gilberto Freyre, que, focado por esta perspectiva, reforçaria, de forma concomitante, um suposto distanciamento do livro em relação ao modernismo de 1922 e uma conseqüente aproximação do mesmo no concernente a uma “tradição de fidelidade à terra” (PICCHIO, 1997, p. 524), entendendo-se o romance como portador da reprodução objetiva do meio social. Apresentando a literatura influenciada por Gilberto Freyre como veículo da reprodução social e cultural de uma região e, conseqüentemente, de uma faceta brasileira, a crítica retoma a tradição nacional que conceitua a literatura como documento, cujo escopo é o registro factual. Oblitera-se, portanto, que a relação unilateral e objetiva entre construção literária e realidade não existe e que o conceito de mimese ultrapassa a ideia de cópia, sendo, inclusive, a produção literária, variadas vezes, portadora de imagens recusadas pela sociedade que a inspirou.

Questionando algumas das principais considerações da crítica em torno de *A bagaceira*, este artigo demonstrará não apenas o que considera como o mau entendimento dos estudiosos em relação à construção estética do romance de Almeida como colocará em xeque a restrição da influência freyreana ao resgate do entrelaçamento entre literatura e meio social.

A intenção é demonstrar que, para além de afirmar a literatura como meio de resgate ou registro social e cultural brasileiro, especialmente do Nordeste, o sociólogo pernambucano colocou em pauta a constituição estética da literatura ligada à representação nacional, ora apontando-lhe caminhos mais tradicionais, ora indicando-lhe vias inovadoras. Neste contexto, opomo-nos à corrente crítica que afirma a década de 1930 como momento em que a “literatura é vista como fraude, engodo, retórica, enquanto a sociologia representa a revelação e a ação” (VELLOSO, 1988, p. 244); opomo-nos ao entendimento de que Gilberto Freyre e a geração de trinta interdita a subjetividade e, neste sentido, estão afastados do modernismo brasileiro, aproximando-se do positivismo.

Talvez seja possível começar a abordagem pelo mais corriqueiro dos entendimentos sobre *A bagaceira*, ou seja, sua concepção como romance da seca. Uma leitura superficial da obra parece firmar esta colocação tão comum dentre a crítica, porém a atenção à estrutura do romance logo a desabona. Minimamente ambientada no sertão e com apenas um grupo de personagens sertanejas, a narrativa de José Américo de Almeida possui como ambiente principal a região brejeira da Paraíba. O termo “bagaceira”, dicionarizado como o “espaço onde nos engenhos se amontoa o bagaço de cana” (FERREIRA, 2001, p. 82), é tomado pelo romance metonimicamente, designando o local abertamente contrário ao sertão, o lugar no qual decorre a maior parte das ações narradas. Por esta angulação, opostamente ao que faz crer a habitual interpretação dos estudiosos, o livro de Almeida não pode ser compreendido como uma repetição incondicional do estereótipo de origem romântica, cuja tendência era verificar no Nordeste a região agreste, semi-árida, distante do litoral, distante das povoações citadinas, habitada por pessoas sofredoras, fortes e repletas de tradições. Em que pese o fato da produção de José Américo de Almeida demonstrar o apego do grupo de personagens sertanejas às tradições de sua região, no romance está destacado, principalmente, o sofrimento humano diante da estrutura social arcaica dos engenhos, condições locais narradas como claramente capazes de destruir todo e qualquer aspecto culturalmente tradicional. Ainda por esta característica, o romance não pode ser compreendido como retorno ao regionalismo naturalista, marcado pelo desenho da degradação das personagens diante do clima árido.

Segundo Janaína Amado (1995), o Novo mundo e o Brasil tiveram, no domínio do espaço, o processo básico que acompanhou a formação da sociedade e do Estado. A ausência de um passado histórico de glórias remotas produziu a busca das identidades no domínio dos territórios nacionais

mais afastados. Em tal contexto, *A bagaceira* não escapa à tradição, seu caráter mimético está embasado na procura de pontos que facilitem o conhecimento de determinada região. Contudo, renovando a tradição, Almeida introduz em sua narrativa a revelação da realidade miserável nordestina desligada da questão fisiográfica e incorporada aos problemas sociais, econômicos e humanos dessa região. Encaminhando-se por este itinerário, o livro de Almeida ganha em aspectos literários e aproxima-se do entendimento aristotélico de mimese defendido por Freyre. A existência de um mundo que antecede a narração não é negada, mas o que se destaca é o modo como o romance estrutura artisticamente seu conteúdo. Neste contexto, trinta, como quer Flora Süssekind (1984), constitui mais um dos retornos da literatura brasileira ao tom realista de narrar, mas marca sua diferença em relação aos antecessores. Nas crônicas, do século XV, os escritos tentaram seduzir os olhos estrangeiros, narrando fatos de uma cultura totalmente diversa da europeia. No romantismo, os ares documentais cederam lugar à idealização, mas, é importante lembrar, uma maneira idealizada que também objetivou o mapeamento brasileiro. Cartograficamente, a literatura brasileira prosseguiu e, durante o realismo, almejou um discurso, brasileiro sim, entretanto pautado na verdade científica que fazia a Europa majoritária. Os discursos basilados na existência de raças inferiores e superiores, na influência climática sob os comportamentos dominaram várias páginas importantes, contudo preconceituosas da literatura do século XIX. No modernismo, principalmente a partir de 1924, o nacionalismo de uma nação dominada pelas grandes potências surge como um grito de desespero. Nesta difícil tentativa de estabelecimento de nossa identidade nacional caminhará a literatura de trinta. Tentando apagar dúvidas quanto às peculiaridades que este país tropical ostentava e que deveriam fazê-lo forte, entretanto tendo consciência de que não produziria documentos, mas arte, a literatura de trinta sabe que “o elemento social [...] não é meramente referencial, nem é enquadramento: é um fator da própria construção artística (MARINHEIRO, 1979, p. 131), sabe transformar “os dados de natureza social em núcleos de fina tessitura semântica e pura elaboração estética” (MARINHEIRO, 1979, p. 131).

Há de se destacar, também, que *A bagaceira*, por outro aspecto, parece seguir trilhas próximas àquelas percorridas pelo pensamento de Gilberto Freyre. Ao invés de centralizar sua atenção no fenômeno climático da região, Almeida, após o primeiro capítulo, no qual se destaca a fome decorrente da seca, fixa os sertanejos no brejo, enfatizando, a partir de então, as relações entre o homem e a natureza de forma mediada pela cultura patriarcal da região açucareira. Mesmo sendo possível considerar que, diferentemente do ocorrido, por exemplo, no livro freyreano *O Nordeste* (1967), haja, na produção almeidiana, um tom de protesto social de maior monta, não se pode negar que tais construções compartilham a exposição dos fatos pelo viés da monocultura açucareira, dando, também, visões gerais sobre a cultura regional nordestina, em seus usos e costumes. A título de exemplo,

provavelmente valha a pena lembrar que ambos abordam as relações dos senhores de engenho diante da natureza e dos trabalhadores do eito, entretanto, somente em Freyre, parece emergir a consideração de certa harmonia em relação a elas. Distintamente da percepção luso-tropical freyreana de que os colonizadores portugueses, variadas vezes, mantiveram, em suas colônias, relações humanas e naturais menos predatórias do que outros povos europeus, o romance de José Américo de Almeida, através de Dagoberto, afirma a total posição desorientada e despótica dos donos de terras. Assim, embora Freyre admita que “muitos dos colonos que aqui se tornaram grandes proprietários rurais não tinham pela terra nenhum amor nem gosto pela cultura” (FREYRE, 1992, p. 23), ele não deixa, distintamente de Américo de Almeida, de afirmar um êxito da colonização portuguesa, advindo, especialmente, da preponderância das pretensas relações pacíficas já aludidas.

Aqui, ainda que continue evidente o posicionamento mais protestante de Almeida em relação a Freyre, a narrativa objeto parece não deixar de encaixar-se muito bem na concepção de literatura do autor pernambucano. De acordo com ele, a relação de desajuste entre o ser humano e o meio (entendido para além do físico) constitui a temática central de todo gênero romanesco, ofertando ao mesmo um caráter universalista que lhe evita a falha de manter-se restrito à representação pitoresca, maniqueísta e inverossímil, à mímese entendida como pura imitação da realidade. Ora, fugindo à denúncia da seca e/ou deixando de compor seu enredo a partir da relação dramática ou épica do homem sertanejo com clima árido, tal qual era peculiar à tradição literária do regionalismo brasileiro, Almeida reduz, de maneira quase a anular, as possibilidades de recair nos “equivocos” citados. Suas atenções passam a estar centradas nas relações (des)humanas entre os moradores do Marzagão e o senhor de engenho, ou seja, nos desajustes humanos gerados pela constituição de um ambiente opressor, dado que é facilmente emaranhado ao dito conceito de romance de Freyre. Obviamente, portanto, ao fazer este percurso, *A bagaceira* demonstra a contribuição freyreana para a defesa de uma narrativa regionalista que, inovadoramente, entrelaça o regional ao universal. Não obstante a ideia já tivesse sido defendida, em tempos anteriores, por autores como Machado de Assis, no conhecido “Instinto de nacionalidade” (1997), é a partir da geração iniciada pela produção do escritor paraibano que a literatura regionalista brasileira efetivamente apresentará esta característica.

Por outro lado, ao abordar condenativamente o relacionamento do proprietário com a terra e com os trabalhadores, a narrativa almeidiana também marca outra determinada distância no tocante a Freyre. Ela adota um tom pessimista que não era comum ao sociólogo quando da análise do processo de colonização, mas será corriqueiro na literatura da época. O tom de desagrado nasce, portanto, de uma consideração mais próxima à de homens como Caio Prado Júnior, para quem as relações desumanas que povoaram a colonização brasileira nos colocavam em situação inferior à do

próprio feudalismo europeu. Segundo ele, emergindo em nossa tradição escravista, o termo “feudalismo” perdia a significação que ganhara na história da Europa, visto que lá estivera ligado a uma fase de superação das “sequelas coloniais” (PRADO JR. *apud* FAUSTO, 2005, p. 118). Nestes termos, entender o Brasil interiorano a viver em um “feudalismo” não seria acusá-lo de atraso em relação ao desenvolvimento capitalista, mas embutir-lhe a necessidade de superação das relações injustas entre patrões e empregados, tendo em vista que elas se repetiam desde a colônia, formando uma massa de miseráveis. O otimismo da primeira geração modernista, diante do país de poucos anos, é substituído pela consciência de país subdesenvolvido.

Partindo das colocações acima, torna-se inviável também a concepção, continuamente emanada pela crítica, de *A bagaceira* como repetição de *Os sertões*. Não se trata de negar que as obras compartilhem o tom de protesto ao descaso, à irresponsabilidade para com a população nordestina pobre. Em verdade, refletindo sobre *Os sertões*, fica perceptível o quanto Américo de Almeida atualiza a esta influente obra da literatura de tema nordestino, dando a ela o mesmo tom crítico-social que assolava os escritos, por exemplo, de nossos mais exaltados pré-modernistas. Em direção adversa à de José Américo de Almeida, Cunha comporta-se como um missionário do progresso, cujo desejo é, pela ação governamental, integrar o sertão à vida nacional e à modernidade do final do século XIX. Para tanto, o autor, opostamente a Almeida, defende um plano de combate à seca pela construção de pequenos e numerosos açudes capazes de transformar o deserto em rica região agrícola. Além disso, expõe, em seu livro, um minucioso estudo da região, recolhendo os elementos causadores da desordem climática. Américo de Almeida, por sua vez, não discute o descaso das autoridades em relação à seca nordestina, o autor apresenta literariamente uma região cuja natureza é marcada pela exuberância, servindo-lhe o sertão como parte de uma antítese capaz de tornar mais evidente a metaforização do brejo em “oásis” (*AB*¹, p. 132) e o sofrimento social dos moradores do Marzagão, nesta região de natureza privilegiada.

Destarte, continuando nosso estudo, outras comparações entre Freyre e *A bagaceira* podem ser realizadas. A primeira delas, a mais evidente, diz respeito à pouca ou nenhuma afeição de ambos no tocante ao progresso, tão proclamado por Cunha. Almeida e Freyre assemelham-se na proporção em que, fugindo a uma visão positivista da história, não verificam na instalação do progresso técnico o meio pelo qual se pode impulsionar o desenvolvimento da região nordestina. Em *A bagaceira*, o filho de Dagoberto, como Macunaíma, sintetizando o erro de exportação encontrado na formação

¹ Doravante a sigla *AB*, seguida do número de página do trecho citado, será utilizada sempre que se fizer referência à obra *A bagaceira*, de José Américo de Almeida.

social brasileira, dará bases para que o final feliz que parece se encaminhar com a chegada da usina se transforme em desfecho trágico. Como acontece com Macunaíma, tudo aquilo que ele imagina para facilitar a vida de seus súditos não se efetiva, indicando a necessidade de alteração do processo de modernização brasileira. Há de se destacar, no entanto, que enquanto para Almeida, a não afeição ao progresso parece originária da não correspondência entre a ascensão da usina no Marzagão, ou seja, das conquistas técnicas e o fim da submissão popular, para Gilberto Freyre o desafeto sugere advir da percepção da tecnologia como instrumento destruidor das tradições regionais. É sob este ponto de vista que advém a afirmação do sociólogo pernambucano sobre a substituição de costumes no Nordeste:

nem ao menos por ocasião da Quaresma, voltam essas casas aos seus antigos dias de esplendor. Já quase não há casa, neste decadente Nordeste de usineiros e de novos-ricos, onde aos dias de jejum se sucedam, como antigamente, vastas ceias de peixe de coco, de fritada de guaiamum, de pitu ou de camarão, de cascos de caranguejo e empadas de siri preparadas com pimenta. Já quase não há casa em que dia de aniversário na família os doces e bolos sejam todos feitos em casa pelas sinhás e pelas negras: cada doce mais gostoso que o outro (FREYRE, 1976, p. 71).

Contudo, ao partilharem uma declarada antipatia pelo progresso, Almeida e Freyre não se transformaram em avatares da literatura tradicionalista que resgataria pela descrição pitoresca um mundo de poderio nordestino perdido no tempo. A literatura do decênio de trinta e o próprio manifesto freyriano, que lhe é invocado como inspiração, são muito mais do que uma dedicação temática ao regionalismo pitoresco. Já Aderaldo Castello, em sua *A literatura brasileira*, admite o quanto o movimento de vinte e seis nasce de um debate literário que toma força, e diversos contornos, durante o percurso da literatura nacional e, especialmente, com a virada de rumo do modernismo, pós vinte e quatro. Diz ele:

tudo isso, em última análise – ser de uma região para ser de um país, ser de seu povo para ser da humanidade, ser ao mesmo tempo do seu povo, da humanidade, do seu tempo, para ser de todos e de todas as épocas, conforme o conceito clássico de Eliot – nos reverte a Machado de Assis, já citado a propósitos idênticos de seu momento². [...] Trata-se de uma palavra provocadora – regionalismo – para se designar o que se tem feito em Literatura Brasileira nos limites da relação homem-terra, em busca da incessante autodefinição, motivadora também do oposto, a “desregionalização”, isto é, o direito de ser brasileiro, como cada um pode ser (CASTELLO, 2004, p. 106).

² O autor faz referência a comentários tecidos em torno do texto machadiano “Instinto de nacionalidade”.

Das palavras do estudioso, podemos depreender o quanto o semblante regionalista do romance nascido com *A bagaceira* não a reduz a veículo sociológico de recuperação regionalista pitoresca, com pouca ou nenhuma qualidade estética. Indubitavelmente ele se dedica à crítica social e à exploração dos espaços longínquos do Brasil, porém não mais se trata, como no século XIX, de um retorno à pregação separatista do Nordeste. A questão que envolve o resgate da cultura nordestina e a produção literária em torno de seus problemas sociais e econômicos no romance de trinta não se faz, totalmente, pelos moldes que, anos antes, foram dados ao assunto por Franklin Távora. A crítica tem tendido a achar que alguns romancistas, especialmente Almeida, influenciados por Gilberto Freyre, nada mais fazem do que um retorno aos propósitos de superação da hegemonia sulina do século XIX. Por esta visão desfocada, atribuem a apenas alguns autores o mérito de se fazerem objetos de estudos literários substanciosos. Somente Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz e, quando muito, o Jorge Amado de algumas obras acabam dentre os escolhidos, sendo a opção justificada por uma pretensa ultrapassagem do localismo de inspiração freyriana para o universalismo da literatura.

Curioso, entretanto, é que se passarmos os olhos sobre as palavras contundentes do romancista Távora e compararmos-las às palavras de alguns dos literatos excluídos dos anos trinta (ou final de vinte), veremos que do primeiro aos segundos a ânsia separatista se vê superada. Vejamos as palavras de Franklin Távora: “a desvantagem de não ter contado com imigrantes que lhe substituíssem a força de repente estancada, do trabalho escravo, fez do Nordeste esse ‘refúgio da alma do Brasil’” (TÁVORA, 1973, p. 90).

Para Távora, produzir uma literatura nordestina era mostrar, como lembra José Maurício Gomes de Almeida, a verdadeira e única real face do Brasil (ALMEIDA, 1999, p. 190-1). Já para romancistas como Américo de Almeida, resgatar o mundo do Nordeste se traduzia em mostrar mais uma das facetas do país:

o campo estava aberto. O modernismo fora demolidor e desunira-se antes de realizar o tipo de literatura idealizado, menos intelectual e mais objetivamente brasileiro. Veio *Macunaíma*, de Mário de Andrade [...]. Chegou a minha vez. O Norte precisava estar presente (ALMEIDA, 1967, p. 237-8).

Por sua vez, se Gilberto Freyre, em *O Nordeste* (1967), chega a proferir palavras parecidas com as de Távora – “mesmo com as fundas alterações sofridas na sua ordem social e que o separam tanto do seu passado, continua o Nordeste a parte mais brasileira do Brasil” (FREYRE, 1967, p. 90) –, a análise cuidadosa da totalidade de seus ditos (espalhados em suas diversas obras) sobre a cultura popular do Nordeste mostrará o quanto a cobiça separatista é renegada. Dentro do próprio *Manifesto regionalista*,

Freyre verbalmente recusa o separatismo aplicado às produções regionalistas: “regionalismo não quer dizer separatismo, ao contrário do que disse o presidente Artur Bernardes” (FREYRE, 1976, p. 56).

Nos apontamentos de Freyre e Américo, clarifica-se, então, a intenção de integrar o mundo literário brasileiro naquela contemporaneidade. Em nenhum deles parece existir o objetivo de se fazer superior aos discursos produzidos no eixo Rio-São Paulo. Mesmo outras obras, de feição regionalista, escritas por José Américo de Almeida³, em que lhes pese alguma falta de acabamento formal, não podem ser acusadas de escopo separatista ou superação do Sudeste. Se superar o Sudeste brasileiro fosse o objetivo da geração de trinta, provavelmente todas as conquistas de 1922 seriam claramente recusadas nos discursos e nas obras dos literatos da segunda fase modernista, o que não ocorre.

As preocupações com a identidade nacional e com as distinções regionais, a atenção à renovação linguística da literatura e a pesquisa da cultura e da expressão popular são os principais pontos provenientes da Semana. O enriquecimento desta base se dá pelos impactos que sofrerá a literatura quando da queda da República Velha e da nova configuração política instaurada pelos liberais, bem como da radicalização política que advirá dos confrontos entre comunismo e fascismo pelo mundo. Mesmo que admitamos que Freyre chegou a lançar observações negativas ao que chamou de invasão de estrangeirismos à nossa literatura, durante o modernismo, isto não parece demolir a argumentação realizada acima. Talvez, possamos creditar a avaliação freyreana a uma fase inicial do modernismo, sobre a qual muitos de seus participantes também concluíram certo excesso de influência estrangeira. Como se faz ver pelas palavras de Mário de Andrade:

toda reação traz exageros. Eu tive porque fui reacionário [...]. Hoje não sou. Não sou mais modernista. Mas sou moderno, como você. [...]. O moderno evoluciona. Está certo nisso. O que também não impede que os modernistas tenham descoberto suas coisas e que se não fossem eles muito moderno de hoje estaria bom e rijo passadista. Não é isso mesmo? (ANDRADE *apud* PACHECO, 1993, p. 48).

Por outro lado, a avaliação de Freyre poderia advir da conhecida presunção do sociólogo que, segundo Falcão Lorem, chegou a afirmar: “Sou o único gênio vivo” (FREYRE *apud* LOREM, 1987, p. 12) e, quando perguntado sobre sua vaidade declarou: “Reconheço que tenho alguma vaidade. Talvez seja uma maneira de neutralizar a omissão em torno dos meus livros, mas a verdade é que tenho consciência do que a minha obra vale” (FREYRE *apud* LOREM, 1987, p.12). Visto desta forma

³ Fazemos referência às obras *O boqueirão* e *Coiteiros*, romances editados em 1935.

(ainda que não creiamos ser este o ponto crucial e real da questão), as palavras de Freyre poderiam ser traduzidas por arroubos de quem reivindicaria a si o status de maior influenciador das produções literárias do decênio de trinta.

Contrariedades à parte, tanto Freyre quanto os modernistas parecem ter compartilhado ideais de renovação literária que acabaram por se fazer presente em *A bagaceira* e, conseqüentemente, no romance de trinta. Tal qual a eles (especialmente após 1924), o sociólogo, que se afirma acima de tudo escritor, demonstra uma preocupação estético-literária, cujo cerne se dá na elaboração de obras que saibam amalgamar com destreza a realidade brasileira com as questões universais. Conforme Freyre expressa em *Heróis e vilões no romance brasileiro*, os aspectos artísticos e sociológicos devem ser contrabalanceados de forma a não se transformar a literatura em um veículo propagandístico. Para ele, deve-se, por exemplo, construir personagens que deixem entrever os aspectos antropológicos de dentro para fora, isto é, psicologicamente (FREYRE, 1979, p. 67). A título ilustrativo, talvez possamos mencionar o processo de animalização pelo qual passam os brejeiros no romance objeto deste trabalho. Opostamente ao ocorrido em romances centrados na exasperação climática do Nordeste, a animalização dos seres ficcionais não se compõe como refúgio do homem às mazelas naturais, como meio do ser humano sentir-se mais hábil e resistente à “vida áspera da caatinga” (ALMEIDA, 1999, p. 303). Apesar de ligada à degradação, a zoomorfização das personagens almeidianas não alude a uma aparição do homem ontologicamente degradado, algo comum à narrativa naturalista, inspirada no materialismo evolucionista. As palavras de José Maurício Gomes de Almeida sobre a animalização em Graciliano Ramos, conquanto digam respeito às personagens sertanejas daquele autor, não deixam de caber perfeitamente ao uso que faz Américo de Almeida da zoomorfização de personagens viventes no brejo. Ainda que ao alagoano o processo se dê por moldes positivados, capazes de recompor a condição humana da personagem e no paraibano siga o itinerário contrário de afastamento de sua condição humanizada, a transfiguração da criatura ficcional em animal torna-se, em ambos os casos, “tão-somente uma dramática contingência e, ao mesmo tempo, uma forma indireta de denúncia das condições sub-humanas em que vegeta” (ALMEIDA, 1999, p. 303) o homem.

Aqui é interessante lembrarmos como a própria obra de Gilberto Freyre parece carregar traços desta sua pregação. Segundo Edilberto Coutinho, Freyre apresenta em todos os seus escritos, ficcionais ou não, uma mescla harmoniosa entre o psicológico, o social, o cultural e o histórico, de forma que acaba, acrescentamos, fugindo também, em suas construções, à rigidez própria da ciência e da literatura do século XIX. Não seria por outro motivo, portanto, que

a nível internacional, *Casa-grande e senzala* é lido como uma saga e se verte como um romance tão típico e universal como *Grande Sertão e Vidas Secas*. Os dois romances convertendo-se, também, em ensaios da humanidade brasileira e da sua interpretação psicológica e o livro de Gilberto Freyre cumprindo a dupla finalidade (CÂMARA *apud* COUTINHO, 1981, p. 26).

A concepção de Pirunga como homem no qual convive a angústia, o ressentimento, a apatia, a coragem, o amor, o ódio e outros sentimentos contraditórios é outro bom exemplo da imbricação de um livro de feição social com aspectos psicológicos, humanos, a modelo do que prega Gilberto Freyre. Além de expandir a humanidade da personagem em grande proporção, este processo de construção, no caso específico de Pirunga, acaba, igualmente, por refutar a tese do brasileiro como homem cordial, no qual se sobressaem apenas aspectos de bondade. Já Sérgio Buarque de Holanda, anos após a criação da tese, reavaliara a mesma, como escreve Raquel Betol:

“já refutei essa tese”, diria, numa entrevista de 1958 à “Tribuna da Imprensa”. “Hoje eu não usaria essa expressão, porque é ambígua”, voltaria a reiterar à “Folha de São Paulo” em 1977. “Não devo dizer que o brasileiro é bonzinho. O sujeito pode ser mauzinho e mauzão”, brincou ele na conversa. Na segunda edição de “Raízes”, em 1947, Sérgio Buarque já acrescentara uma nota, para afastar controvérsias: “A inimidade bem pode ser tão cordial como a amizade, nisto que uma e outra nascem do coração, procedem, assim, da esfera do íntimo, do familiar, do privado” (BERTOL, 2006, p. 1).

Vista pelo ângulo de seus sentimentos contraditórios, a personagem Pirunga ganha contornos diferentes daqueles que lhe foram ofertados pela crítica. Apresentado como representante ideal da suposta sublimação dos sertanejos no romance, Pirunga costuma ser entendido como representação típica da coragem sertaneja, ignorando-se toda a sua complexidade e, mesmo, a degradação que sofre no brejo. Como se pode notar, as relações entre o homem e o meio, em *A bagaceira*, não se diluem em uma construção não dialética. As personagens de maneira alguma se apresentam ausentes de substância humana, não são tão somente uma construção esquemática, cujas ações não dão vistas da complexidade da realidade.

Em verdade, as personagens do romance almeidiano estabelecem, entre si e o ambiente, relações matizadas e ambivalentes. A concepção de Soledade talvez exemplifique bem o que estamos falando. Ao conceber a sertaneja, o romancista se afasta em muito do aspecto naturalista que lhe vem sendo outorgado pela crítica e que é veementemente condenado pelas concepções freyreanas. Soledade não se filia a linha das “históricas” (SÜSSEKIND, 1984, p. 72) da maioria das personagens femininas do

século XIX, bem como se afasta da conotação sexual instintiva que estudiosos como Ivan Cavalcanti Proença (1978) lhe atribuem como marca principal. A filha de Valentim está distante da passividade amorfa daquelas personagens. Sua personalidade forte, voluntariosa, é o motor de grande parte dos acontecimentos da narrativa e sua construção exterior não ultrapassa sua sagacidade. Neste sentido, é de se esperar que a moça não seja descrita como “sertaneja bárbara e forte” (CHAVES, 1967, p. 106), cujo perfil exterior seja mais “saliente que as linhas psicológicas” (Idem, *ibidem*)⁴.

Feminina, Soledade possui a pele “branca que chega ser azul” (AB, p. 160), com o que conjuga a cor verde dos olhos e a pele ressequida. Na realidade, sua descrição em tom romântico contrasta com sua força interior e sua corrupção, frente às contingências do cotidiano e da sociedade, a faz distante da idealização das heroínas românticas e muito mais próximas da complexidade humana. Dentro deste contexto, Soledade é vítima do poder de Dagoberto, quando por ele é estuprada, mas é também personagem que escolhe o seu destino. Após fracassar ao tentar efetivamente se enamorar de Lúcio e já violentada pelo pai do mesmo, Soledade opta pela união a Dagoberto, talvez por medo, mas também a fim de garantir a vida financeiramente tranquila que não conseguira convencer o filho do velho a lhe dar.

A feição romântica, portanto, é contrabalanceada pela introdução de características como a espionagem discreta da conduta dúbia e dissimulada da personagem ou, ainda, a desconfiança do amor como único sentido da ação, ou como força capaz de vencer qualquer obstáculo. Neste sentido, a apreensão de Soledade pelo foco de diversas personagens, em muito colabora com o caráter enigmático, contraditório e imprevisível que o leitor obtém sobre a moça. Aos olhos de Lúcio e do pai Valentim se sobressaem a inocência e o sofrimento da garota, para os brejeiros o interesse de ascensão social, para Dagoberto e, por vezes para o narrador, sua sensualidade e, por fim, para Pirunga, seu egoísmo.

Vista por meio do calidoscópio, Soledade reforça a concepção humana defendida por Freyre para a produção literária brasileira, distanciando *A bagaceira*, concomitantemente, do romantismo e do naturalismo. A narrativa de Almeida foge das descrições harmônicas que balizaram os romances românticos, nos quais o narrador obcecado pela cor local parecia querer “fazer o mínimo de sombra possível a ela” (SUSSEKIND, 1990, p. 19). Do mesmo modo, distancia-se da imparcialidade almejada pela narração naturalista, cuja preocupação estava em forjar ao leitor a impressão de objetividade do relato, ou seja, uma narrativa moldada pelo desejo iluminista de transmitir uma “verdade” pela expressão de um autor que pretensamente destituía o seu discurso de qualquer julgamento de valor. Contribuindo para a desconfiança do leitor frente à personagem, os vários aspectos ligados à Sole-

⁴ No original as palavras de Chaves dissertam sobre Guidinha do Poço, personagem criada por Manuel de Oliveira Paiva.

dade também reforçam, aos nossos olhos, o caráter verossímil do desfecho do enredo. Ao leitor mais perspicaz pode, mesmo, ser mote para uma análise mais apurada do texto e de seus símbolos. Assim agindo, ele poderá deixar de perceber em Soledade somente a representação da sexualidade tropical, verificando o quanto a inscrição do discurso sexual se faz em termos de exploração social e de cessão às necessidades econômicas que Soledade demonstra repudiar: “Soledade saía, aos engulhos, desse hálito de pocilga” (AB, p. 179).

Por tudo o que se vem dizendo, torna-se reluzente o quanto a questão estética é crucial nos ideais de Freyre a respeito da literatura, parecendo-nos um tanto claro que a questão da linguagem venha a ser abordada por ele. No referente à linguagem literária, o escritor pernambucano considera a necessidade de um “justo equilíbrio” (FREYRE *apud* COUTINHO, 1981, p. 39) entre o tomado “da boca do próprio povo” (Idem, *ibidem*) e a voz oriunda do autor. A não artificialidade, portanto, surge como a palavra de ordem que Freyre compartilha com os modernistas em relação à linguagem literária nacional. Assim, alicerçando-se no intuito da literatura de seu tempo, o narrador de *A bagaceira* apresenta um texto no qual a proximidade, em termos sintático e vocabular, entre sua voz e a voz do outro, condiciona a formação de uma literatura preocupada com a vinculação do debate político-ideológico e com a igualdade humana entre os diferentes representantes das classes sociais. Vejamos como as vozes do narrador, de Xinane e de Dagoberto, representantes de diferentes segmentos sociais, exemplificam o que dissemos. Sem diferenças estrondosas de linguagem, a composição harmoniosa entre os diferentes discursos evidencia a tragédia social:

– Patrão, eu não me sujeito. O patrão sabe que eu não enjeito parada: sou burro de carga. Mas, porém, nascer pra estrebaria não nasci.

Dagoberto não quis saber de mais nada:

– Pois, por ali, cabra safado! Você não nasceu pra estrebaria que é de cavalo de sela: nasceu foi pra cangalha!

Xinane continuou a coçar a cabeça, como se procurasse despertar uma ideia (AB, p. 124). Desta maneira, a ausência de “transcrição brusca e artificial” (ATHAYDE, 1978, p. 42), o “tratamento mais coerente da linguagem coloquial” (BOSI, 2002, p. 395) constitui no romance de Almeida um recurso de liberação das amarras de “artificialidade na língua e alienação no plano do conhecimento do país” (CANDIDO, 1972, p. 807). Perseguindo a naturalidade da expressão escrita nacional e o conhecimento do Brasil, *A bagaceira* se insere na tradição literária de nosso país, principalmente posterior ao romantismo de José de Alencar. Já no propósito romântico de ver o Brasil, representado literariamente, em sua totalidade cultural e territorial, Alencar, como Almeida, alicerçava a afirmação da lin-

guagem brasileira na comunhão com o conhecimento da realidade do Brasil. Em termos românticos, isto significava a elaboração da linguagem do herói como reflexo da linguagem da natureza: “Poeta primitivo, canta na mesma linguagem da natureza, ignorante do que se passa nela, vai procurar nas imagens que tem diante dos olhos a expressão do sentimento vago e confuso que lhe agita a alma” (ALENCAR, 1992, p. 120). Na constituição de um romance oriundo do final da década de vinte e início da década de trinta, esta imbricação entre língua e conhecimento do país se traduziu na montagem de um enredo capaz de trazer à baila, sem tradução tautológica (como vimos condenada por Freyre), a linguagem dos oprimidos, em especial aqueles que viviam em estado de submissão arcaica no interior do Brasil.

Certamente, a mudança de rumo na interligação entre língua e temática nacional da literatura brasileira possui fortes relações com a reconfiguração da questão da brasilidade. Se no século XV e pelos três séculos que o seguiram, a questão brasileira subjugou-se a um desejo de defesa territorial: ser brasileiro supunha defender seu território, principalmente, dos inimigos europeus; se no século XIX, a consciência nacional era, ainda, remetida às questões de espaço, não obstante, num processo de expansão e reafirmação de territorialidade fronteiriça; será no século XX, sobretudo entre os anos vinte e trinta, que a questão da brasilidade tomará novo porte. As batalhas deixam de ser espaciais e passam aos planos socioeconômico e cultural, como ocorre na configuração, por exemplo, da obra freyreana. Segundo Boris Fausto (2005), é a situação do Brasil como país no qual o capitalismo iniciava suas raízes industriais que impõe a redescoberta do Brasil, em suas mais longínquas regiões.

É interessante verificarmos que, nos casos isolados, nos quais a fala da personagem parece este-reotipar-se e distanciar-se do estilo do narrador, este procedimento não sugestiona o distanciamento social entre os envolvidos. Em verdade, a análise destes instantes demonstra o quanto a modulação da voz da personagem se entrelaça a sua condição psicológica durante determinados instantes do enredo. É o caso da fala de Latomia que, amedrontado pelo feitor, vê suas palavras “cortadas” (“matinho” transforma-se em “matim”), diferentemente do que lhe ocorria em momentos de tranquilidade. Mais uma vez, a influência freyreana, através da pregação de construções que se entrelaçassem com o subjetivo, o psicológico, demonstrando a realidade através do interior das personagens, faz-se presente:

Broca advertiu a Latomia:

– Você deixou mato na praça!

E o mulato:

– É um matim – comendo, assim, pelo menos uma sílaba (AB, p. 131).

Outra ocorrência se dá com a mesma personagem que, ao alardear violentamente sua coragem para os companheiros, recorre à “nosologia popular” (AB, p. 160) e às palavras próprias do vocabulário regional. Recursos, de acordo com o narrador, capazes de “requintar o insulto” (AB, p. 160). O exemplo abaixo ilustra bem a situação. Rico de vocabulário regional, o trecho apresenta tanto palavras comuns ao povo nordestino do século XIX (“entesou”, “chumbergada”, “celé”, “quiri”, “apragatou-se” etc.), como provérbios populares (“tinha nó pelas costas”, “cheio de noves fora”, “pancada de morte e paixão”) e uma palavra recortada (“canso”), além de outros recursos, como a onomatopeia “lepo”, capazes de confirmar o ânimo exaltado da personagem naquele instante:

Latomia, sempre brigão, alardeava:

– Eu estava canso de avisar. Mas o freguês tinha nó pelas costas, era cheio de noves-fora. Aí, dei de garra do quiri. O bruto entesou. Agüentou a primeira pilorada – lepo! – no alto da sinagoga. Arrochei-lhe outra chumbergada. Aí, ele negou o corpo, apragatou-se, ficou uma moqueca. E veio feito em riba de mim. Arta, danado! Caiu ciscando, ficou celé!... Foi pancada de morte e paixão. Vá comer terra! ... Fugiu na sombra e levou um tempão amocambado (AB, p. 160).

Passagem semelhante se dá com João Troçulho. Em resposta debochada à vanglória de Latomia, o brejeiro faz uso de palavras de cunho regional (“lamproa”, “pomboca”, “lambança”, “potruco de faca” etc.) e de ditos populares (“dava um caldo”), os quais unidos, como acontecera na fala de Latomia, incutem uma significação quase inalcançável ao leitor. Na citação a seguir, a exaltação psicológica do falante é evidente, contudo há de se destacar a construção da frase “Eu quando bato mão de meu potruco de faca...”. Nela, a elipse do artigo “a” (“bato [a] mão”), o uso da preposição “de”, antecedendo o pronome possessivo “meu”, e o uso de reticências conjuntamente revelam o ápice da exaltação do falante, novamente confirmando o quanto não se trata de um tratamento alienante e estereotipado da língua popular:

– Deixe de lamproa, pomboca! Eu não como lambança. Você só é homem pra matar ... o bicho.

E bravateava:

– Sendo comigo, dava uma facada remexida no vão. Eu quando bato mão de meu potruco de faca... Na minha unha não dava um caldo (AB, p. 160).

Todo o cuidado e respeito ao popular é explicável pelo ambiente do início de século. As décadas de vinte e trinta são tempos áureos do debate de nossa dependência cultural e de nossa estratificação social. Resul-

tantes do clima de excitação revolucionário que assolava diversos países, a partir da ascensão comunista de 1917 e, no caso nordestino, oriundos, também, do estrondoso descontentamento daquela região para com sua situação de subalternidade econômica frente ao sul brasileiro, os temas socioeconômicos funcionarão como motes para o desenvolvimento de romances e, cada vez mais, irão impor o respeito à cultura popular, considerada, tal qual se faz ver em Gilberto Freyre, como riqueza a ser preservada, ou ainda recuperada. Em suas palavras: “no Nordeste, quem se aproxima do povo desce a raízes e a fontes de vida, de cultura e de arte regionais” (FREYRE, 1976, p. 76). Assim, os capítulos formados pelos *flashbacks* (outro dado da apreensão da realidade pelas vias da psicologia), nos quais os sertanejos relatam a vida no sertão são muito expressivos. Neles a coragem dos sertanejos, os costumes e toda a dignidade daquele povo avivam-se para logo depois vermos como tudo se definha perante a exploração servil do brejo. Dentro da mesma perspectiva, o capítulo “A vertigem das alturas” é capaz de compor um quadro de parte das tradições de pequenas cidades da Paraíba. Desde a descrição das pessoas, das transações econômicas, dos objetos ofertados, até o roubo, a visita da família sertaneja à feira parece exemplar da conjugação não pitoresca (cultura e linguisticamente falando), conseguida pelo romance de trinta, entre a retração da cultura e o declínio econômico do povo nordestino. A citação, mesmo longa, é necessária para ilustrar o procedimento:

Pouco interessavam os lugares-comuns da feira:

– As crianças arienses, como querubins evadidos do céu vizinho. Meninos brancos com uma exposição de rosas nas faces.

– Uma mulher vendendo um papagaio. 10\$000. Ninguém queria. Dava por menos: 8\$000, 6\$000... E, com o papagaio no dedo, beijando – cheirando-lhe as asas. Afinal vendeu-o e entristeceu, porque não tinha mais em casa, quem lhe chamasse pelo nome... [...]

– Galdino Cascavel era um velho excêntrico. Trazia a carga de corda de coroa num boi encangalhado. E, às tantas horas, comia, em plena feira, rolos de cobra com farinha seca.

– Vendiam faca de ponta e cachaça, para que a polícia e a justiça cumprissem, depois, o seu dever. [...]

Moeda corrente: pelega, bagarote, selo, cruzado, pataca, xexém... [...]

A feira desarticulava-se. Barafustava-se na incerteza do rebuliço.

Um cego, com os olhos brancos volvidos para o céu, levou, maquinalmente, as mãos aos bolsos. Então, o guia um garoto de ombro baixo, fez-lhe uma careta que é a forma menos agressiva de injuriar a quem não vê. [...]

Apitos, apitos.

O ladrão escapara-se pela ladeira do Quebra. E os soldados apoderavam-se dos cavalos da feira para encaçá-lo (AB, p. 163-4).

A respeito da descrição minuciosa realizada no capítulo citado, podemos lembrar uma outra característica freyreana esteticamente abonada por ele em suas pregações e em seu próprio estilo, ou seja, sua capacidade de trazer ao leitor quadros extremamente detalhados da vida cotidiana sobre a qual se debruça. No já aludido *Heróis e vilões no romance brasileiro*, Gilberto Freyre fala sobre o assunto e, sem restrições, defende uma linguagem pictoricamente literária, na qual a presença do vocabulário e da sintaxe populares, casados coerentemente com outros estilos de expressão, faz emergir uma literatura em muito distante daquela que, tal qual ocorre no século XIX, beira o cientificismo ou, ainda, o posicionamento em patamar superior de quem escreve em relação a seu objeto. Perdurando neste prisma, podemos lembrar que este debate engloba, também, a relação linguagem-temática. Em entrevista a Francisco de Assis Barbosa, no ano de 1944, Mário de Andrade, falando de seu engajamento linguístico, ressen-te-se, exatamente, de uma comunhão linguagem-temática, cuja defesa já fora praticada por Freyre. Para o escritor da Semana, o desejo de uma linguagem puramente brasileira o fez recair em um purismo às avessas, cujas consequências foram ora a falta de desenvolvimento temático, ora a ausência de inteligibilidade da escrita. Diz ele:

não fosse a minha vontade deliberada de escrever brasileiro, imagino que teria feito um romance melhor [está fazendo referência a *Amar, verbo intransitivo*]. O assunto era bem bonzinho. O assunto porém me interessava menos do que a língua, nesse livro. Outro exemplo é *Macunaíma*. Quis escrever um livro em todos os linguajares regionais do Brasil. O resultado foi que, como já disseram, me fiz incompreensível até pelos brasileiros (ANDRADE, 1983, p. 105).

Descontada a excessiva autocrítica do autor e assegurando-lhe as grandes contribuições fornecidas no itinerário da expressão literária brasileira, podemos perceber o quanto as palavras de Mário de Andrade, lidas em seu inverso, formam um quase elogio ao modo de construção do romance almeidiano. Afinal, *A bagaceira* soube desenvolver a temática social que propunha e a conversão da escrita a uma língua brasileira, sem incidir na construção linguística exótica ou no esvaziamento temático da obra; soube, portanto, trabalhar adequada e dialeticamente, como diria Antonio Candido, o universal e o particular, elementos decisivos na compreensão do processo formativo da literatura nacional.

Em realidade, acusando a narrativa almeidiana de manter a linguagem culta em seu narrador e, portanto, dar-lhe um posicionamento superior, a crítica parece ler mal não apenas o romance, seu prefácio, bem como os rumos linguísticos tomados pela literatura brasileira. Apoiando-se na afirmação “brasileirismo não é corruptela nem solecismo” (AB, p. 118), presente em “Antes que me fale”, os críticos apontam o conservadorismo na fala do narrador de *A bagaceira*. Elencando o uso do mais-

que-perfeito, dos proparoxítonos sonoros e do uso pronominal em ênclise (VILANOVA, 1968, p. 132) ignora-se o quanto estas estruturas trazem de popular e/ou se caracterizam pela fala regional do ambiente romanesco. Observando mais atentamente o romance, a crítica poderia ver os usos indicados em várias personagens do romance. O mais-que-perfeito pode ser percebido na voz de Dagoberto: “– Era uma mulher do sertão do Pajéu. Descera na seca de 45 e ia arrasando o brejo...” (AB, p. 176); o uso da ênclise aparece, por exemplo, na fala de Soledade: “– O castigo de ter pedido um beijo é dá-lo agora...” (AB, p. 178) e o uso do paroxítono, indicando sempre o tom de indignação, surge com o narrador: “feracíssima” (AB, p. 178), misérrima (AB, p. 178), mas, também, emerge com João Troçulho: “– Não viu Xinane? Xinane não era viverdor? – mas – cadê? – no fim de conta, coisíssima nenhuma” (AB, p. 181).

Basta verificar melhor o texto-programa e compará-lo à composição da obra para saltar aos olhos o quanto são mal compreendidas as intenções de José Américo de Almeida. Já na asseveração mencionada, não obstante se pese a declaração da fala do povo como erro linguístico, as palavras de Almeida não parecem ser indicativas de preconceito ao coloquialismo. O apontamento de que “a plebe fala errado; mas escrever é disciplinar e construir” se olhado em contraponto ao romance revela a investida no afastamento de uma dualidade estilística predominante entre os regionalistas, que escreviam como homens cultos nos momentos de discurso indireto; e procuravam, nos momentos de discurso direto, reproduzir não apenas o vocábulo e a sintaxe, mas o próprio aspecto fônico da linguagem do homem rústico. Uma espécie de estilo esquizofrênico, puxando o texto para os dois lados e mostrando em grau máximo o distanciamento em que se situava o homem da cidade, como se ele estivesse querendo marcar pela dualidade de discursos a diferença de natureza e de posição que o separava do objeto exótico que é seu personagem (CANDIDO, 1972, p. 807).

Segundo nosso entendimento, as palavras de Américo de Almeida, em “Antes que me falem”, e toda a formatação linguística de *A bagaceira*, apontam para um momento no qual a inteligência nacional (dentre ela destacadamente Gilberto Freyre), passados os momentos de oposição ferrenha ao erudito e recuperação total da fala regional, prefere “prevenir contra os usos e abusos” (ANDRADE, 1983, p. 106) de um ou outro lado. Novamente, é a lembrança de Mário de Andrade que aborda a questão, lembrando como já outros estiveram preocupados com o assunto: “Estávamos caindo no excesso contrário, como muito bem observou um dos redatores de *Estética*, não me lembro se Sérgio Buarque de Holanda ou Prudente de Moraes, neto. Estávamos criando o ‘erro brasileiro’” (ANDRADE, 1983, p. 106). Não se trata de um retorno às musas clássicas, bem como não se apoia o recair a um “tratamento alienante das personagens” (CANDIDO, 1972, p. 808) expostas a uma “notação fonética rigorosa” (CANDIDO, 1972, p. 808). As palavras de Mário de Andrade, como dos ditos de Almeida, ecoam menos como conservadorismo e mais como defesa de equidade entre o culto e o rústico.

Com efeito, o que se propõe a construir pela fala do narrador é a desconstrução da fala do homem culto dos romances tradicionais. Em *A bagaceira*, ao contrário da narrativa de alguns realistas, como Coelho Neto, o narrador não reserva a si a norma culta da língua. Da mesma forma que não elege como saída para a representação do homem rústico “a atitude bombástica e grandiloqüente” (ALMEIDA, 1999, p. 177) do predomínio totalitário da vertente erudita da língua. Ele compartilha com as personagens o uso popular do português, da mesma maneira que embute, na fala do outro, aspectos da linguagem convencional. Aqui, a citação de um dos trechos de “Festa da ressurreição”, dá bem a medida da mesclagem referida. O uso da colocação pronominal em ênclise, cotidianamente usada na forma culta da língua, aparece nas vozes sertanejas de Pirunga e Soledade, bem como na fala do narrador. Do mesmo modo, o narrador compartilha com as personagens expressões claramente populares (“o diabo que receba unhada”, “pôr peito a essa aventura” etc.):

- Conhece o quê! Conhece nada! A bicha parece que nunca saiu da furna.
 - Pirunga, vamos pegá-la?
 - Olhe que, quando ela me avistou, levantou a mão, parecia que estava dando adeus; mas, o diabo que receba unhada!
- Soledade tanto fez que Pirunga resolveu pôr peito a essa aventura. Foram juntos. E, Dagoberto, que desaprovava tamanha temeridade foi junto, foi atrás...
- A onça encolheu-se e ergueu a mão. Estava grande, carrancuda, barbada e com uma perfídia felina nos olhos de emboscada (AB, p. 216).

Em vários outros momentos, o uso erudito da colocação pronominal em ênclise aparece em *A bagaceira*, sendo sempre compartilhado pelo discurso do narrador e o das personagens. Dentro desta perspectiva, é possível encontrar Valentim a afirmar: “soltei-lhe um pontapé” (AB, p. 146), enquanto o narrador, no mesmo modelo de uso pronominal, assegura: “o vento desfolhava-lhes a cabeça” (AB, p. 165). De modo semelhante, é curioso como o uso do mais-que-perfeito é confundido com eruditismo, quando, segundo Ângela Maria Bezerra de Castro, essa construção em território paraibano, de meados do século XIX, era de “largo uso popular e regional” (CASTRO, 1987, p. 98). Rolando Morel Pinto reafirma a utilização regional do mais-que-perfeito, vendo-o presente, inclusive, em Graciliano Ramos: “Quando serenei pareceu-me que houvera barulho sem motivo” (RAMOS *apud* PINTO, 1962, p. 144).

Ideologicamente, este processo de aproximação linguística aponta para as transformações que vinham se processando perante o papel do intelectual na sociedade brasileira. Sempre tido como porta-voz das angústias e desejos do homem rústico, durante a fase principiada em 1917 e ainda em

vigor na década de trinta, o intelectual não renunciaria a esta posição. O próprio Freyre sempre se colocara como mediador e tradutor da realidade brasileira. Todavia, tanto ele como os romances de trinta, teriam como um passo adiante, o fato de tomarem como regra o que no realismo várias vezes fora exceção, isto é, a colocação de si mesmo em igual patamar humano do outro. Perseguindo estas trilhas, talvez possamos lembrar, por exemplo, que Freyre encaminha suas reflexões invariavelmente a partir da vivência que tivera no Recife, especialmente quando menino, colocando-se, portanto, como parte de seu próprio objeto e não apenas como portador de um posicionamento privilegiado em relação a ele.

Embora não se veja a posição intelectual defendida por Michel Foucault, nota-se um passo a caminho dela. O intelectual, nos casos modernistas, de Freyre e de *A bagaceira*, continua a acreditar que “diz [...] a verdade àqueles que ainda não a viam e em nome daqueles que não podiam dizê-la [...]” (FOUCAULT, 2004, p. 70-1). Contudo, já percebe o quanto, muitas vezes, o próprio discurso da intelectualidade cala, sem se dar conta, a voz e o saber dos socialmente menos privilegiados. É por isso que, em seu primeiro passo de consciência, o intelectual ainda não modifica o tom denunciativo ou paternal de sua fala, mas já demonstra transformações no caráter estético-ideológico de sua produção.

De forma parecida, é o que acontece com algumas produções modernistas anteriores a *A bagaceira*. Apesar da menor expressão da coloração social, construções como *Cobra Norato*, de Raul Bopp, caracterizam-se pela presença de um narrador cujo objetivo é falar com e pelo povo. Elaborar o texto literário mantendo a linguagem sem estereótipos era um objetivo comum à geração de trinta e seus antecessores imediatos, especialmente a partir do momento em que escrever para o povo passou a ser preocupação central dos literatos. Não se trata mais de constituir a história épica do Brasil, como no romantismo, ou de documentar a fala de povos que viviam em espaços longínquos, como no naturalismo. Escolhendo vocábulos da região, *A bagaceira* marca suas fortes ligações com o Nordeste e com a conservação de suas tradições. Concomitantemente, inserindo estes vocábulos nas vozes de Lúcio – o bacharel – e do narrador, o autor colabora com o princípio de unidade brasileira defendido pelos grandes modernistas, além é claro de dar desenvolvimento humano às personagens e engendrar aspectos de universalidade à sua criação. Tudo isto marcas evidentemente freyreanas.

Por outro lado, em *A bagaceira*, a linguagem apresenta-se em tonalidades fortes. O intuito de denúncia do narrador, herança do intelectual tradicional, o faz moldar com gravidade os discursos de brejeiros, sertanejos e o seu próprio. Da fala sertaneja destaca-se a virilidade do povo, da voz brejeira o sofrimento e de Lúcio e do narrador a indignação contra um espaço no qual as relações trabalhistas são, ainda, forjadas por laços “feudais”. As frases curtas e justapostas, também as elipses, ajudam na

formação da atmosfera de tensão sobreposta a todo o livro. Um ambiente de conflito que se vê mais aviltado pelo poder das performances diferenciadas que o autor oferece aos grupos de personagens. O Marzagão não é apenas “o engenho onde decorre grande parte da narrativa” (ATHAYDE, 1978, p. 42), mas a verdadeira teia a envolver as personagens através de valores éticos, morais e socioeconômicos. Ninguém ali se manterá figurativamente. Desde Dagoberto – o senhor de engenho – até a camada miserável dos brejeiros, todos aludirão ao reviver nordestino do “feudalismo”. Amparada nas hipérbolos e nas metáforas de efeito, as vozes do narrador e de Lúcio levantam-se contra o estado das coisas e medievalizam, literariamente, o mundo agrário do interior paraibano.

O entendimento do engenho como elemento petrificado no passado será um dos recursos utilizados, em *A bagaceira*, para empreender a denúncia a que se propõe. Porém, não são os ditos do narrador os responsáveis basilares por esta percepção do leitor. O processo de medievalização do espaço e da relação patronal do ambiente expõe-se na contraposição das ações do romance com as descrições ora impressionistas, ora expressionistas das condições humanas e principalmente da natureza. Um grande destaque de cores em contraste participa de gradações. Do branco, passando pelo leve tom do verde, a apontar a amenidade da natureza brejeira, chegando-se ao vermelho que ora assinala a seca do sertão e ora a penúria da miséria humana do Marzagão, o leitor é enlevado à quase êxtase simbolista, para dela ser retirada com a brutalidade das ações, em especial de Dagoberto ou seu feitor. Mais uma vez, o detalhe esteticamente trabalhado, conforme defesa de Freyre, é a grande característica do texto:

a mata fronteira, o patrão majestoso, estava acesa numa cor de incêndio.

Havia uma semana, surdira um toque estranho na monotonia da verdura. Dir-se-ia um ramo amarelido na touceira da estação.

Dominava ainda a esmeralda tropical. Mas, com pouco, emergira o mesmo matiz em outro trecho vizinho, com um efeito de luz, um beijo fulgurante do sol em árvore favorita. [...]

Nessa manhã luminosa a mata resplandecia com uma orgia de desabrocho em sua pomba auriverde. [...]

Senão quando, foi despertado por uma voz sumida que o sobressaltou. Não notara o acesso de outro grupo de retirantes. [...]

Saiu para enxotá-los e, como visse que traziam um cavalo, contra os hábitos desta peregrinação, aferrou-se, cada vez mais, na recusa. [...]

E esbravejou:

– O que já disse está dito!! (AB, p. 122-3).

A constituição do Marzagão como espaço medieval pode ser explicada, ainda, por um procedimento de aproximação e afastamento da tradição literária brasileira. Em um primeiro caso, ela constitui um recurso de aproveitamento do processo de medievalização, que servira de substância a obras como *O guarani* e a muitas das produções da literatura de cordel. Em segundo caso, o posicionamento do Brasil no passado, invocado não mais como prova de autenticidade histórica ou virilidade de seu povo, transgride a tradição e ganha contornos de luta política. A “feudalização” do mundo dos coronéis interliga tal espaço ao sentimento de lance histórico a ser superado. Em consonância com os sonhos esquerdistas da década de trinta, a implantação de novas relações classistas é a tônica do discurso. O passado não é apenas o tempo perdido ou o espaço nostálgico, mas, sobretudo, como pré-história do momento atual, compõe-se como elo vivo de um processo em andamento.

Olhando por um prisma ainda mais instigante, é possível compreender a medievalização do espaço nordestino como aproveitamento da literatura popular. Por entre o enredo argumentativo se ergue o romance romanesco. A tradição realista é mesclada à tendência idealizante da tradição oral (heroísmo, errância, mito da procura, viagem perigosa, o amor desencantado) popularizada no folhetim. O enlace entre Lúcio e Soledade talvez seja o maior exemplo de tal emprego. A relação do jovem bacharel com a moça sertaneja perfaz-se no nível da idealização que o primeiro faz da segunda. Bem aos moldes da literatura popular, o amor não concretizado gera a expectativa e arrebanha os leitores mais diversos, assegurando uma plateia maior para as denúncias realizadas pelo autor. Fazendo uso de tal recurso e complementando-o com a travessia do sertão (ao padrão de *via-crucis*) realizada pela heroína da história, o narrador parece intentar o alcance do maior número possível de leitores e, ao mesmo tempo, perdurar no apontamento freyreano de recuperação da arte popular.

Quanto a outro sentido humano: a audição, ela ganha destaque pelas imagens auditivas poéticas (“o vento, sem abrigo, despeitado – vu-vu – deitava água de casa adentro”), pela própria voz do silêncio (“Tapava os ouvidos para escutar a voz recôndita. Conversava com o silêncio; tinha a audição do invisível”) e, ainda, por algumas poucas exposições diferenciadas da linguagem regional, caracterizada pelo alongamento de vogais, que transforma os vocábulos em superlativos (preeetinho, por exemplo), pelas alterações de letras ou timbres (*sé-vergonho*, *felha da pota* etc), além do reforço de consoantes (*cabra sssafado*) e ausência de vogais (*fol’go*). Em todos os usos, permanece a tentativa de contraste à dura realidade humana daquele espaço e também surge a, já várias vezes mencionada, linguagem literariamente trabalhada e pictórica defendida por Gilberto Freyre.

Se perscrutássemos mais a fundo o romance *A bagaceira*, certamente veríamos surgir ainda mais pontos capazes de comprovar nossa suposição inicial. No entanto, consideramos que tenha ficado claro ao leitor o quanto o romance de trinta, especialmente a produção almeidiana, conforma influências

freyreanas que vão além da objetividade, da documentação de um espaço, da reflexão sociológica, pautando-se na revelação de um material engajado em questões sociais, culturais e locais, mas, principalmente, talhado artisticamente, ora resgatando e ora renovando a trajetória da literatura brasileira. Maurice-Jean Lefebve, em *Estrutura do discurso da poesia e da narrativa*, fala da relação literatura e realidade e salienta o quanto a separação de ambas parece impossível:

a produção da Realidade estética não exclui, é evidente, que o discurso possa ter relação igualmente com a realidade [...]. Muitas obras carregam informações sobre o mundo, informações que poderiam, de igual modo, encontrar lugar num tratado, num escrito não-literário. [...] Por outras palavras, nenhuma obra é, alguma vez, completamente pura (LEFEBVE, 1980, p. 143).

Desta forma, parece evidente que não possamos de antemão condenar os pressupostos de Freyre e a literatura produzida sob sua influência. Em que pese o quanto a abordagem documental marcou, desde sempre, a literatura brasileira, o fato é que esta característica por si só não lhe desabona. Não se trata de pensar a literatura como representação em duplicata da realidade, porém entendê-la como estreitamente relacionada à tessitura da intriga. Destarte, esperamos ter deixado claro o quanto esta mão dupla entre realidade e ficção fornece novo fôlego à produção de trinta.

Referências bibliográficas

ALENCAR, José de. *O guarani*. 17ª. ed. São Paulo: Ática, 1992.

ALMEIDA, José Américo de. *Ad immortalitatem: discursos dos acadêmicos José Américo de Almeida e Alceu Amoroso Lima*. João Pessoa: SECPB, 1967.

_____. *A bagaceira*. 15ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

ALMEIDA, José Maurício Gomes de. *A tradição regionalista no romance brasileiro (1857 – 1945)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

AMADO, Janaína. “Região, sertão, nação”. *Estudos históricos*, v. 8, n. 15, Rio de Janeiro, 1995, p. 145-52.

ANDRADE, Mário. *Entrevistas e depoimentos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.

ASSIS, Machado de. *Crítica & variedades*. São Paulo: Globo, 1997.

ATHAYDE, Tristão de. “Uma revelação”. In: ALMEIDA, José Américo de. *A bagaceira*. 15ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978. p. 40-5.

BERTOL, Rachel. “Sérgio Buarque de Holanda: 100 anos”. Disponível em: <http://www.unicamp.br/siarq/sbh/o_globo.html>. Acesso em: 12 jun. 2006.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 40^a. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

CANDIDO, Antonio. “A literatura e a formação do homem”. *Ciência e cultura*, v. 9, n. 24, São Paulo, set. 1972, p. 803-9.

CASTELLO, José Aderaldo. *A literatura brasileira*. São Paulo: EDUSP, 2004.

CASTRO, Ângela Maria Bezerra de. *Re-leitura de A bagaceira (uma aprendizagem de desaprender)*. João Pessoa: FUCJA, 1987.

CHAVES, Flávio Loureiro. “Para a crítica de Manuel de Oliveira Paiva”. *Organon*, UFRGS, Porto Alegre, 1967, p. 99-112.

COUTINHO, Edilberto. *A ficção do real em Gilberto Freyre*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1981.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930*. 16^a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa: século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 22^a. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 21^a. ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.

_____. *Heróis e vilões no romance brasileiro*. São Paulo: Cultrix, 1979.

_____. *Manifesto regionalista*. 6^a. ed. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1976.

_____. *O Nordeste*. 4^a. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

LEFEBVE, Maurice-Jean. *Estrutura do discurso da poesia e da narrativa*. Coimbra: Almediana, 1980.

LOREM, Falcão. “Gilberto Freyre: o homem que decifrou o Brasil”. *Manchete*, n. 1841, Rio de Janeiro, ago. 1987, p. 12-4.

MARINHEIRO, Elizabeth. *A bagaceira: uma estética da sociologia*. João Pessoa: UFPB, 1979.

PACHECO, Tânia. *Orfeu extático entre as metrópoles: a correspondência de Mário de Andrade e Manoel Bandeira*. Rio de Janeiro: UFF, 1993.

PICCHIA, Menotti Del. *Juca mulato*. 7^a. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

PINTO, Rolando Morel. *Graciliano Ramos: autor e ator*. Assis: FFCLA, 1962.

PROENÇA, Ivan Cavalcanti. “Sertaneja Soledade e sua solidão”. In: ALMEIDA, José Américo de. *A bagaceira*. 15^a. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978. p. 108-12.

SÚSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. São Paulo: Schwarcz, 1990.

_____. *Tal Brasil, qual romance?*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

TÁVORA, Franklin. *O cabeloira*. São Paulo: Editora Três, 1973.

VILANOVA, José Brasileiro. “Sintaxe e semântica da expressão em *A bagaceira*”. *Estudos universitários*, v. 8, n. 2, Recife, 1968, p. 2-4.

Recebido em 27 de setembro de 2009

Aprovado em 12 de outubro de 2009